Brasil: 13 mil espécies marinhas

Biologia & Ciências

Enviado por:

Postado em:31/10/2013

por Karina Toledo, da Agência Fapesp Vida marinha: número de espécies descritas no Brasil pode chegar a 13 mil Segundo Maria de los Angeles Gasalla, professora do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, a biodiversidade da plataforma marítima brasileira está subestimada Caranguejo (Porcellana sp) A mais recente revisão publicada sobre a biodiversidade da zona costeira e marinha sul-americana – divulgada em 2011 na revista PLoS One – aponta a existência de 9.103 espécies diferentes de animais, plantas e algas já conhecidas em águas brasileiras. Mas o número pode chegar perto de 13 mil espécies descritas, segundo Maria de los Angeles Gasalla, professora do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP). A afirmação foi feita durante o penúltimo encontro do Ciclo de Conferências 2013 do BIOTA-FAPESP Educação, organizado pelo Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade de São Paulo (BIOTA), ocorrido na quinta-feira (24/10). Gasalla comparou os dados do artigo publicado na PLoS One por Patricia Miloslavich, pesquisadora da Universidad Simón Bolívar, da Venezuela, e colaboradores, com números provenientes de revisões recentes feitas por pesquisadores brasileiros. O levantamento coordenado por Miloslavich abrangeu tanto a costa do Atlântico como a do Pacífico, na América do Sul, e foi realizado no âmbito de um projeto internacional conhecido como Censo da Vida Marinha, que teve início no ano 2000 e levou cerca de dez anos para ser concluído. Em relação à plataforma marítima brasileira, o trabalho destaca o grupo dos crustáceos, com 1.966 espécies conhecidas, como o de maior diversidade, seguido pelos moluscos (1.833), peixes (1.294) e poliquetas (987) – juntos, segundo o artigo, esses animais correspondem a 66,79% da biota marinha conhecida no Brasil. “Esses números, a princípio, pareciam até mais elevados do que algumas estimativas anteriores. Mas, avaliando o artigo profundamente, percebemos que estão subestimados. Somando dados de trabalhos recentes feitos por pesquisadores brasileiros, chegamos ao número de 10.804 espécies diferentes apenas no que diz respeito à fauna marinha. Se considerarmos também a flora, o número pode chegar perto de 13 mil espécies”, afirmou Gasalla. De acordo com a revisão da literatura compilada por Gasalla, o número de espécies de crustáceos descritos na costa brasileira atingiria 3.335. Além disso, já seriam conhecidas 1.886 espécies de moluscos, 1.420 de peixes e 987 de poliquetas. Os cientistas não sabem ao certo qual é a porcentagem da biota marinha ainda desconhecida no Brasil. Acredita-se, no entanto, que esta seja muito alta e que muitas espécies poderão desaparecer antes mesmo de serem descobertas. A pressão antrópica – o impacto causado por atividades humanas como poluição, degradação de habitats por empreendimentos econômicos, expansão do turismo desordenado, introdução de espécies exóticas e atividade pesqueira não manejada – é considerada a principal ameaça à biodiversidade da chamada Amazônia Azul (a costa brasileira). A zona marinha do país abrangia originalmente uma área de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Com a extensão da plataforma continental solicitada pelo Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU) na última década, a extensão da Amazônia Azul passou para 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Um estudo apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2010 apontou que 40% desse território corresponde às áreas definidas como prioritárias para a conservação da biodiversidade. No

entanto, segundo Gasalla, apenas 1,87% da zona marinha brasileira está protegida em Unidades de Conservação, sendo que em torno de 10% já foram licenciados para a exploração de petróleo e gás natural. “A porcentagem de área protegida chega a 1,87% se forem considerados apenas os 3,5 milhões quilômetros quadrados originais da zona marinha. Além disso, alguns estudos mostram que diversas Unidades de Conservação não foram delimitadas criteriosamente na sua implantação, seja do ponto de vista científico ou das comunidades locais, e algumas existem do ponto de vista burocrático, mas não funcionam na prática”, avaliou a pesquisadora. Uma das metas acordadas em 2010 durante a Conferencia das Partes das Nações Unidas (COP 10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada na cidade de Aichi, no Japão, é de que até 2020 pelo menos 10% das áreas marinhas e costeiras consideradas de especial importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos tenham sido incluídas em sistemas de áreas protegidas. “Não adianta, porém, sair criando áreas de proteção por meio de decretos para atender, supostamente, metas de tratados. A parte política da conservação deve caminhar junto com a fundamentação científica e com o contexto social. O processo precisa ser embasado pelo conhecimento científico, além de envolver efetivamente as comunidades locais que utilizam o mar como meio de sobrevivência, caso contrário, além de não funcionar, pode criar problemas ainda maiores”, alertou Gasalla. O uso sustentável de recursos naturais marinhos para atender necessidades humanas de alimentação e renda por meio da pesca e aquicultura também foi mencionado por Gasalla. A professora enfatizou a importância do manejo com objetivos claros para a pesca e aquicultura de modo a garantir níveis sustentáveis das populações marinhas, mitigação de impactos colaterais, viabilidade econômica, e equidade social. "Para isso, a ciência pesqueira deverá ser mais desenvolvida no Brasil, assim como ouvida pelos tomadores de decisão no que diz respeito à manutenção dos níveis de intensidade pesqueira necessários para atingir esses objetivos”, disse. Esta notícia foi publicada em 30/10/2013 no site:viajeaqui.abril.com.br. Todas as informações nela contidas são de responsabilidade do autor.